

## **Bolsonaro, populismo, os evangélicos e América Latina**

**Paul Freston**

(in *Novo Ativismo Político no Brasil: os evangélicos do século XXI*, orgs. José Luiz Pérez Guadalupe e Brenda Carranza, Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 371-391)

Examinaremos aqui a relação entre Jair Bolsonaro e os evangélicos brasileiros pelo prisma do populismo, extraíndo implicações para a política brasileira e situando essa relação em contexto histórico (o passado do Brasil) e geográfico (o populismo e o cristianismo evangélico como fenômenos não exclusivamente brasileiros).

### *Os evangélicos na eleição de Bolsonaro*

O eleitorado evangélico na eleição de 2018 foi estimado em 31%. Ao longo da campanha presidencial, a adesão evangélica a Jair Bolsonaro foi sempre um pouco acima da média nacional, mas inicialmente não de forma esmagadora; quando o ex-presidente Lula ainda aparecia nas pesquisas (antes de ser declarado inelegível), recebia mais apoio evangélico que Bolsonaro. Somente no final da campanha é que o apoio evangélico a Bolsonaro disparou e alcançou, no segundo turno, uns 12 pontos a mais do que a média nacional.

Quanto ao apoio institucional evangélico, boa parte veio relativamente tarde. Os segmentos evangélicos mais influentes não foram bolsonaristas de primeira hora. Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da Rede Record de Televisão (a segunda maior rede do país), percebeu os apuros da rede concorrente, a Globo, entre os dois candidatos principais e declarou apoio a Bolsonaro faltando poucos dias para o primeiro turno; em seguida, organizou uma entrevista com o candidato que foi ao ar na mesma hora de um debate televisionado entre os demais pretendentes em outro canal. A liderança da ala principal das Assembleias de Deus, tradicionalmente tucana, também aderiu a Bolsonaro tardiamente. A bancada evangélica no Congresso declarou apoio a ele somente no meio da campanha do segundo turno.

Qual é o sentido religioso da eleição de Bolsonaro? Segundo um comentarista, ele “talvez seja o primeiro presidente do Brasil pós-católico” (Cowen 2019). Mas prefiro outra caracterização. Durante a campanha eleitoral, me vi obrigado muitas vezes a esclarecer a jornalistas estrangeiros que Bolsonaro não era pessoalmente evangélico. Ele se declara católico e nada tem de *habitus* evangélico. Mas os vínculos familiares (a esposa e um dos filhos são batistas), a aproximação com alguns pregadores e o batismo em 2016 no Rio Jordão nas mãos de um pastor fizeram dele um candidato híbrido ideal, talvez (eis a minha caracterização alternativa) *o primeiro presidente pan-cristão*, reunindo as vantagens eleitorais da identidade evangélica, mas evitando as desvantagens.

A eleição de Bolsonaro foi um movimento amplo, o qual boa parte dos líderes evangélicos abraçou tardiamente e sem a centralidade que eles mesmos se atribuíam. Podemos prever que não terão nenhum pudor em repudiá-lo, se necessário, com o mesmo vigor com que o apoiaram. Afinal, muitos deles antes haviam apoiado os governos do PT. E se a identificação ideológica era fraca naquele caso, não devemos presumir necessariamente que seja forte agora.

Inclusive, essa é uma das diferenças com relação ao apoio evangélico branco a Donald Trump nos Estados Unidos. Os dois casos parecem semelhantes: candidatos com comportamentos pessoais que contrariam o que os evangélicos conservadores sempre defenderam, mas que no entanto conseguem o apoio

maciço deles, desnudando assim as verdadeiras prioridades do eleitorado evangélico e expondo a hipocrisia das posições defendidas por este segmento em eleições anteriores. Mas não é só isso. Os evangélicos americanos brancos votaram em Trump e permanecem como seus mais ferrenhos defensores, porque o que querem é fundamentalmente falho e impossível (a restauração de uma América imaginária, branca e todo poderosa; ou pelo menos, um mundo onde as hierarquias raciais e nacionais não são contestadas). Mas tudo indica que o que a massa de evangélicos brasileiros que votou em Bolsonaro quer não é falho no mesmo sentido.

Em meados de 2019, o apoio evangélico a Bolsonaro havia diminuído, mas se mantinha mais alto do que a média da população (41% versus 33%, respectivamente). Já em março, previsivelmente, a bancada evangélica havia se declarado “independente” do governo, reclamando da falta de diálogo e de cargos. Em junho, Bolsonaro se tornou o primeiro presidente a comparecer na Marcha para Jesus, sendo saudado com um misto de palmas e vaias. Entre os evangélicos na Marcha, 25% consideravam o seu governo ruim ou péssimo, e apenas 15% defendiam a sua política ambiental.

Com os índices de popularidade em baixa entre a população geral, o presidente intensificou os contatos e acenos à comunidade evangélica, desonerando as obrigações fiscais das igrejas ricas, prometendo um juiz evangélico para o Supremo Tribunal Federal e declarando à Frente Parlamentar Evangélica que “as famílias foram atacadas pelos últimos governos” e que “o Estado é laico, mas nós somos cristãos”.

### *O populismo*

A eleição de Bolsonaro pode ter sido surpresa, mas o êxito de alguém como ele certamente não é surpresa no contexto internacional da subida populista. Resumindo a literatura existente: o populismo é como o convidado bêbado num jantar de pessoas comportadas; ele incomoda, mas talvez fale algumas verdades (DeHanas & Shterin 2018: 183). Para muitos autores, o populismo é um estilo político mais do que uma ideologia consistente; um repertório de discursos, imagens, gestos, simbolismo. Verticalmente, é uma política anti-elite em nome do povo. Horizontalmente, é contra os “outros” que ameaçam a nação, interna ou externamente.

Mas para outros autores, o populismo é mais do que isso. Para populistas de direita, Eatwell e Goodwin (2018) preferem o termo de “nacional-populismo”. Os nacional-populistas priorizam a cultura e os interesses da nação, e prometem dar voz ao povo que se sente negligenciado e desprezado por elites distantes e muitas vezes corruptas. Em geral, o nacional-populismo não é antidemocrático em si, mas se opõe a certos aspectos da democracia liberal. Não é mero estilo; é uma ideologia rasa, e as motivações dos que apoiam são variadas. Segundo Guth (2019), a ideologia rasa do populismo enfatiza a desconfiança diante das elites e das instituições; uma narrativa de declínio nacional; a insistência no majoritarismo e a oposição ao pluralismo; a necessidade de liderança forte e mesmo não convencional; a defesa de um estilo político “agressivo”; e o nacionalismo e a defesa do “verdadeiro povo”. O populismo, diz Guth, é sempre uma “interpretação moralista da política”, expressa como tradicionalismo moral e descrédito na ciência e nos *experts*.

Mas, diz David Levy, essas motivações não devem ser tratadas como irracionais. A democracia liberal empodera desproporcionalmente aquelas camadas que dispõem de meios de mobilização autônoma. Ele cita Bourdieu no sentido de que a democracia é sequestrada por aqueles que têm maior capital econômico, cultural ou social. As camadas menos favorecidas nesse sentido precisam da voz coletiva que identidades religiosas, entre outras, podem fornecer. A literatura sobre a política identitária em boa parte fala de identidades irracionais e primordiais que vencem a racionalidade e os interesses próprios. Ou então, fala em manipulação por parte de elites. Mas existem razões instrumentais para apoiar políticas anti-pluralistas. Falando de regimes da Ásia Central, Levy diz que líderes autoritários não apenas concentram o poder, mas reivindicam uma fonte distinta de autoridade: a autoridade que vem de uma vontade popular

sacrossanta que transcende a política mundana, e o dever de defender a “verdadeira” vontade do povo, ou a vontade do “verdadeiro” povo. Os opositores são estrangeiros, ou recebem dinheiro do estrangeiro, ou seguem agendas estrangeiras. O regime reivindica o dever de defender a “soberania espiritual” da nação, das influências destrutivas do pluralismo. Assim, defendendo a vontade do “verdadeiro” povo contra o pluralismo desregrado, o populismo eleva os valores da sua base acima da política corriqueira em que essa base sofre desvantagem. Assim, paradoxalmente, a limitação do pluralismo aumenta a sensação de posse sobre a vida pública e as instituições públicas, redistribuindo o capital simbólico (Levy 2018).

Este modelo de populismo se desdobra em variantes fora do Ocidente desenvolvido. Em vez do foco em imigrantes e muçulmanos, os “outros” são “secularistas” ou “comunistas”. As elites têm sido tolerantes demais com esses “outros” (onde há poucos imigrantes, estes podem ser os “bandidos”). Mas uma coisa que não muda é o majoritarianismo; na expressão de Bolsonaro, ecoando líderes da Europa Oriental, as minorias devem se curvar diante da maioria.

A subida populista no Brasil, evidentemente, não pode ser interpretada somente em termos brasileiros. Ela se beneficiou muito do contexto internacional, como a vitória de Trump, o referendo pelo Brexit e a popularidade de partidos populistas em vários países europeus. Mas há especificidades brasileiras. Em primeiro lugar, o neoliberalismo econômico radical da campanha de Bolsonaro, a aceitabilidade do qual talvez reflita o momento pós-PT no Brasil. Em segundo lugar, ao contrário do Ocidente desenvolvido, o Brasil quase não tem imigração ou muçulmanos ou ameaça terrorista. Para os fins populistas brasileiros, o espaço do terrorismo é ocupado pelo crime; no lugar da imigração e a mudança cultural que acarreta, temos as mudanças culturais defendidas por vários movimentos sociais; e o espaço do islã no discurso populista vem a ser ocupado pela esquerda. E, em terceiro lugar, enquanto a extrema-direita na França e na Itália recebe apoio desproporcional das regiões e pessoas mais pobres, o caso brasileiro é o inverso: três dias antes do segundo turno, Bolsonaro era apoiado por apenas 37% das pessoas que ganhavam até dois salários mínimos, versus 61% das que ganhavam acima de dez salários. Como veremos, aí reside a importância especial para Bolsonaro do apoio evangélico.

### *Populismo e religião*

E a religião na onda populista? Para populistas, “a religião importa principalmente como marca de identidade”, distinguindo “nós” e “eles” (Marzouki & McDonnell 2016: 2). Movimentos populistas europeus que empregam o cristianismo são “cristãos basicamente no sentido de rejeitar o islã” (Roy 2016: 186). Mas a maior parte dos movimentos populistas são secularistas que somente valorizam o cristianismo como identidade e não como fé e valores.

### *Pentecostalismo e política no Brasil*

O segmento evangélico predominante no Brasil é o pentecostal. Embora haja uma diversidade social no pentecostalismo, ele é desproporcionalmente pobre, não branco e feminino, e o desprezo elitista que provoca é herdeiro do desprezo (ou condescendência) que a elite costumava mostrar em relação às formas anteriores de religiosidade popular. Mas há também outra razão: a visão pentecostal de mundo, e a ousadia que os pentecostais têm em recomendá-la a outros, mesmo a seus “superiores” em termos de classe e educação. O principal escândalo do pentecostalismo é que não é humilde, não “conhece o seu lugar”.

No campo político, o pentecostalismo brasileiro é singular, em termos globais, pelo corporativismo eleitoral bem-sucedido, ou seja, a prática de várias denominações pentecostais de apresentarem candidatos “oficiais” em eleições e em convencer seus membros a votarem nesses candidatos. Essa singularidade se deve principalmente ao sistema eleitoral (de representação proporcional com listas abertas), e ao sistema partidário (fragmentado, volátil e pouco ideológico).

Esse corporativismo tem tido grande sucesso em eleições proporcionais (para casas legislativas), mas muito menos em eleições majoritárias (para presidente, governadores, prefeitos), nas quais uma maioria absoluta é necessária no segundo turno. A exceção mais significativa a essa regra foi a vitória de Marcelo Crivella, ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho do fundador Edir Macedo, para prefeito do Rio de Janeiro em 2016. Mas Crivella foi ajudado pelas circunstâncias políticas excepcionais daquele ano; daí em 2018 a necessidade de um Bolsonaro, um *católico-evangélico pan-cristão*.

### *Populismo pentecostal brasileiro?*

Diante de tudo isso, podemos falar de um populismo pentecostal brasileiro, ou um pouco mais amplamente, de um populismo evangélico brasileiro, com características próprias?

Talvez. Mas em primeiro lugar é necessário frisar que há uma ambivalência evangélica com relação ao populismo. Ou melhor, duas ambivalências: uma mais global, relacionada a características centrais da religião evangélica; outra, mais brasileira, relacionada à história nacional e à posição ainda ambígua da confissão evangélica. Tudo isso faz com que o cristianismo evangélico brasileiro não possa lançar mão impunemente do populismo.

Primeiro, a relação global. Já vimos que o uso populista do cristianismo tem mais a ver com cultura e identidade do que com fé e valores. Mas a tradição evangélica nasce justamente de uma recusa de entender a religião dessa forma, distanciando a religiosidade “verdadeira” (de apropriação individual e internalizada por meio da conversão) das externalidades de cultura e identidade nacional. Assim, diz Olivier Roy, os evangélicos e pentecostais não podem endossar a visão populista de pertencer sem crer. Somente 5% dos evangélicos franceses votaram no populista Front National em 2010. Roy conclui: quanto mais uma pessoa insiste na “fé” em contraposição à “identidade”, menos propensa a votar em populistas (2016: 200).

A Europa Oriental talvez apresente casos mais parecidos com o do Brasil. Na Hungria, cujo governo populista já corroeu a democracia mais do que em qualquer outro país europeu, há uma certa influência protestante: o primeiro-ministro Viktor Orbán e alguns assessores importantes são calvinistas. A associação da esquerda com o passado comunista criou uma clivagem secular *versus* confessional. Mas o papel do cristianismo no governo húngaro é apenas instrumental, com pouco espaço para uma contribuição da fé ou das igrejas na elaboração de políticas públicas (Ádám & Bozóki 2016).

Em alguns sentidos, a caso internacional mais parecido com o Brasil é a Polônia. Lá também há um povo ainda bastante religioso (tradicionalmente católico, embora sem a pujança evangélica), há pouca imigração, e após três décadas de democracia há uma reação cultural à ascendência de valores liberais (Stanley 2016).

Mas há diferenças fundamentais também, o que aponta para o dilema do evangelicalismo brasileiro. Ao contrário dos populistas católicos poloneses, os evangélicos brasileiros não podem ser nostálgicos por um passado idealizado ou defender identidades e símbolos religiosos tidos como inerentes à nacionalidade. É verdade que os evangélicos brasileiros se veem cada mais vez como *mainstream*, o que se pode deduzir do fato de que não se assustaram com a frase majoritarista de Bolsonaro, de que as minorias devem se curvar às majorias; a expressão desse princípio por um político importante teria causado temores entre evangélicos em gerações anteriores. Talvez haja um eco aqui do populismo do Shas, partido da minoria mizrahi em Israel, descrito por Filc (2016) como baseado não tanto na exclusão do “outro” malévolo mas na pretensão de incluir o “povo de bem” na condução do Estado.

Mesmo assim, os populistas evangélicos brasileiros estão potencialmente brincando com o fogo. Afinal, muitos deles manejam também um forte discurso de serem objetos de perseguição e ainda reclamam

da falta de igualdade de status com a Igreja Católica. Além disso, na virtual ausência do islã no Brasil, a posição ainda liminar dos evangélicos se revela no fato de ocupar algo do espaço social que o islã ocupa em boa parte do Ocidente, como exemplar da pior espécie de religião. E com certeza, os evangélicos brasileiros não podem imitar os evangélicos americanos, no sentimento de perda de um país que já foi “deles”.

Como frisa McAlister (2019), o discurso evangélico de minoria sitiada por “outros” hostis encontra ressonância afetiva com a “política populista do agravo”. No Brasil, o discurso evangélico de perseguição acusa principalmente os movimentos sociais, a academia, os governos do PT e a esquerda em geral e a mídia. Como afirmava em 2015 o presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure): “Quem conhece as restrições governamentais na liberdade de missionários e tribos indígenas e a imposição de teses secularistas e laicistas na esfera pública sabe que o nosso cenário atual é de graves violações ao direito de liberdade religiosa” (<https://www.anajure.org.br/anajure-apresenta-trabalho-sobre-como-a-violencia-simbolica-afeta-a-liberdade-religiosa-no-brasil-durante-conferencia-na-universidade-de-cambridge/>).

A Anajure representa, não o pentecostalismo, mas um populismo calvinista com ecos tanto do populismo húngaro como de correntes americanas fortemente pressuposicionistas e críticas da própria existência da ONU e de padrões internacionais de direitos humanos (Joustra 2019).

Muitos evangélicos brasileiros, portanto, acreditam que eles (ou sua comunidade, ou seus líderes) são perseguidos. Para outros evangélicos, essa ideia é ridícula e é motivada por paranoia ou por interesses maquiavélicos (Freston 2018a). Os índices internacionais de liberdade religiosa (inclusive os relatórios do Departamento de Estado norte-americano) não apoiam a tese de perseguição; mas para os evangélicos que a abraçam, tais relatórios e surveys usam critérios viciados ou são politicamente adulterados.

Levando tudo isso em conta, é possível delinear um populismo evangélico brasileiro?

Tal populismo teria elementos em comum com populistas religiosos em outros países: o questionamento das bases do liberalismo político, com sua ênfase na autonomia individual; a afirmação da “vontade do povo” sobre o elitismo da democracia liberal; o desejo de trazer um conjunto mais amplo de valores morais para a vida pública. Além disso, a primazia da nação sobre o cosmopolitismo desenraizado; a ideia de que as pessoas vivem mais plenamente quando a vida pública de uma sociedade se baseia na história, cultura e religião de um povo, em vez de se basearem no individualismo ou no cosmopolitismo; o princípio de uma *leitkultur* (uma cultura líder), de que o reconhecimento de uma identidade dominante não impinge na liberdade dos outros cidadãos.

O populismo evangélico brasileiro também teria elementos específicos, refletindo a história recente do país (o antipetismo) e a história longínqua (o anti-humanismo brasileiro, resultante da extrema concentração de poder, que sempre existiu ao lado da cordialidade e acomodação). Outra especificidade seria a relativa falta de um “outro” definido pela religião, a não ser os “secularistas”; as religiões afro-brasileiras cumprem esse papel no discurso pentecostal de base, mas muito debilmente no discurso dos seus líderes políticos; e o catolicismo, o antigo alvo, não poderia servir para uma corrente que tivesse pretensões majoritárias, o que autoriza o apoio a um líder político que ainda se identifica como católico.

Mas o populismo evangélico brasileiro também carrega as marcas da história pregressa da política pentecostal, pois tem consciência de estar avançando do reativismo para o ativismo, para a disputa da agenda política, o que traz riscos para a continuidade do próprio projeto político baseado no voto corporativo (já que quanto mais dilatada a agenda, maior a possibilidade de desacordos). O Manifesto da Frente Parlamentar Evangélica (publicado apenas quatro dias antes do segundo turno de 2018) tem plena consciência disso: “para além da pauta tradicionalmente por nós defendida... compreendemos que é chegada

a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade”. O Manifesto se insere no nacional-populismo: “o Brasil para os brasileiros... [precisamos] restituir o Estado ao seu verdadeiro dono: o Povo brasileiro”. Embora fale de modernização do Estado, segurança jurídica e segurança fiscal, as afirmações mais contundentes se encontram no item “revolução na educação”. Escolas e universidades públicas “se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária... para a violência contra a civilização judaico-cristã”. É necessário “libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia... [as quais] introduziram nas escolas todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão, etc. Será necessária uma campanha ininterrupta de combate à sexualização e erotização das crianças” (Frente 2018).

O populismo evangélico brasileiro, sobretudo na vertente pentecostal, participa do desmonte de alguns mitos nacionais há muito tempo elaborados pela elite: de que “esta seria uma nação avessa a conflitos, pacífica na sua índole, democrática na convivência de gêneros, raças e etnias... um paraíso da tolerância”. Não é de hoje que o pentecostalismo rejeita a “cordialidade”, aquela “espécie de ritual nacional de oposição às distâncias sociais, de gênero, de religião, de raça, quando na prática e no cotidiano as reitera” (Schwarcz 2019: 211).

### *Implicações do populismo pentecostal brasileiro*

Tudo isso é motivo de preocupação? Sem dúvida. Sobretudo quando a mais importante ministra evangélica no governo Bolsonaro, a pastora pentecostal Damares Alves, encarregada da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, declara em linguagem bem populista que “o povo de bem desta nação se levantou e está governando”, apesar de que “não podemos subestimar o mal”, pois “o outro lado... está querendo usurpar o poder novamente” (<https://www.youtube.com/watch?v=7LK-Q2JBrQk>). As quatro eleições presidenciais seguidas ganhas pela esquerda não passam de “usurpação”.

Mas devemos ter cuidado com as avaliações exageradas, distinguindo entre preocupações reais e pânicos morais, e entre aspirações democraticamente legítimas na “laicidade plural à brasileira” e críticas baseadas num laicismo duro que exclui toda religião pública em geral.

Há limitações inerentes no poder evangélico devido às suas profundas divisões internas. E não devemos acreditar na retórica de atores políticos como Damares, de que “é o momento da igreja governar”. A realidade é que governantes populistas não querem ser restringidos na sua liberdade de atuação por ideólogos de qualquer espécie, inclusive religiosos. Na cartilha populista, o próprio líder é a expressão da verdadeira vontade do povo, e não qualquer organização da sociedade civil, inclusive as entidades religiosas.

Ademais, há riscos para os próprios líderes pentecostais numa agenda política mais ampla. Os líderes pentecostais, quando não tratando da defesa de seus próprios interesses (cargos, concessões na mídia, etc.), enfatizam duas coisas: questões políticas de fácil tradução para a linguagem da igreja, e abordagens sobre os “problemas do Brasil” que lhes mantêm como figuras centrais. Tendem a fazer uma análise social que é simplista e interesseira, ressaltando justamente a sua própria competência e importância. Mesmo a ênfase na educação no Manifesto, na maneira que é colocada, ainda se baseia na transferência da preocupação moral familiar para a política (você quer que sua filha seja erotizada na escola e que seu filho vire bucha de canhão para a revolução comunista?).

Também, não devemos confundir a política interesseira de muitos líderes com as preocupações reais e existenciais dos pentecostais comuns. Muitos destes provavelmente acreditavam que o governo Bolsonaro se balizaria por critérios como a segurança (mas não necessariamente a posse de armas), o combate à corrupção, e posições conservadoras nos costumes. Não votaram por um autogolpe presidencial, o vigilantismo ou racismo. Mesmo assim, poderão se constituir em habilitadores (*enablers*) de uma nova

onda de autoritarismo, vigilantismo e políticas econômicas neoliberais. Afinal, uma característica da base evangélica bolsonarista (oriunda de uma comunidade desproporcionalmente pobre, escura e feminina) é que difere bastante da base original de apoio a Bolsonaro, mais abastada, branca e masculina.

Nos poucos dados confiáveis que temos a respeito das atitudes dos pentecostais comuns, estes não se revelam como excepcionalmente conservadores. Num survey de 2006, os pentecostais brasileiros afirmam, tanto quanto a população em geral, o valor dos processos democráticos; preferem um governo participativo a um líder forte; preferem a separação de Igreja e Estado; acham que o governo deve garantir alimento e abrigo a todos os cidadãos. E enquanto 91% deles consideram o aborto moralmente inaceitável, somente 56% acham que a lei deve proibir.

Semelhantemente, numa pesquisa na Marcha para Jesus em 2017, descobriu-se que “pautas muito importantes para a bancada evangélica não tinham a adesão que se imaginava”.

A mesma pesquisa pediu a opinião dos entrevistados sobre vários políticos. Nem Bolsonaro nem Crivella se saíram bem. Mas uma lição da derrota da esquerda no segundo turno daquelas eleições (a presidencial de 2018 e a de prefeito do Rio de Janeiro em 2016) é que é cada vez mais difícil ter sucesso eleitoral sem sólidas conexões com o imenso mundo pentecostal entre os pobres. Os pentecostais podem não ser os salvadores da pátria que se imaginam, mas não há mais salvação política para o Brasil sem conectar com eles.

O pentecostalismo é uma forma de cristianismo primitivista. O pensamento cristão primitivo, dizia Tocqueville, carecia da ideia de cidadania moral, e assim criava um vazio político perigoso. O cristianismo primitivo, sozinho, é deficiente para uma era democrática que exige cidadãos ativos e não súditos passivos (Siedentop 1994: 134)). Conceitos ‘primitivistas’ de uma volta à pureza original da fé, significam, no caso cristão, um tempo de ausência de poder político e mesmo de participação política, levando ao perigo constante de cair num conformismo apolítico vulnerável a manipulação por parte de regimes autoritários ou políticos espertos. O pentecostalismo tende a ser influenciado pela oscilação característica do cristianismo primitivista, entre a postura *default* do apoliticismo e formas irrealistas e muitas vezes triunfalistas de engajamento.

De qualquer forma, o pentecostalismo representa uma contestação contundente do ideal secular do discurso racional isento do “registro passional sensual” (Hirschkind 2011: 636). Representa a volta, com toda força, da dimensão “visceral” repudiada por Kant, na sua exclusão da esfera pública das formas de sociabilidade e conhecimento associadas às seitas religiosas. Como diz Hirschkind, as tradições religiosas oferecem recursos para entender como as experiências afetivas formam os juízos políticos, dentro de um estilo próprio de raciocínio.

Para a esquerda brasileira, o crescimento pentecostal representa um dilema crônico. Após a derrota de 2018, vários expoentes da esquerda reconheceram o problema. Mas a solução exige mais do que o reconhecimento da dificuldade. O ambiente mútuo de confronto que se instalou entre boa parte do pentecostalismo e boa parte da esquerda é prejudicial para esta; e as acusações de “ingratidão” lançadas a pentecostais que se beneficiaram economicamente durante os governos petistas e agora votaram contra o PT apenas ilustram a fragilidade dos elos construídos.

É essencial para a esquerda entender as nuances do mundo evangélico, a diversidade eclesial, socioeconômica e política; perceber as suas divisões e a conseqüente dificuldade em traduzir a expressividade numérica em poder político; e levar em conta a sua composição de classe, de gênero e de cor.

Além disso, é necessário ter gente "bilíngue", que saiba “traduzir” a mensagem da esquerda na linguagem característica do mundo evangélico. O “problema evangélico” de um Haddad é o oposto do “problema evangélico” de uma Marina Silva. Uma Marina, que é evangélica e pentecostal, teria que frisar *distinções* e *distanciamentos* (em relação a certas correntes do mundo evangélico). Precisaria superar as desvantagens políticas da sua identidade evangélica (Freston 2018b). Um Haddad, por outro lado, teria que criar *aproximações* e envolver *intérpretes*.

Mas o caso da Marina é ilustrativo. Seria de esperar que uma figura como Marina fosse vista como oportunidade ímpar para a esquerda ganhar espaço num meio social distante da sua base usual. Mas tudo indica que o pentecostalismo dela sempre foi visto com desconfiança. Em vez de ser vista como pioneira e “tradutora” qualificada, era considerada meramente exótica, ou até agredida de forma preconceituosa com base na sua religião. Mas a esquerda que mina a legitimidade de uma pentecostal como Marina está ajudando a ascendência política de uma pentecostal como Damares.

### *O populismo pentecostal e o sionismo cristão*

Estudiosos do populismo já notaram que vários partidos populistas não se caracterizam mais pelo antigo antisemitismo da extrema-direita, mas adotam uma postura pró-Israel. Em alguns casos, isso talvez não passe de islamofobia; o inimigo (Israel) do meu inimigo (o islã) é o meu amigo. Mas no Sul global, assistimos a um crescimento impressionante do chamado sionismo cristão: o apoio ao Estado de Israel e ao seu direito de se expandir territorialmente. No Brasil, o sionismo cristão que influencia boa parte dos evangélicos tem mostrado a sua força: na declaração de Bolsonaro de que mudaria a embaixada para Jerusalém; na demorada visita do primeiro-ministro Netanyahu em torno da inauguração de Bolsonaro na presidência; na marcada guinada em favor de Israel nas votações brasileiras na ONU.

Há uma afinidade entre o populismo e o sionismo cristão: em termos da valorização do particular sobre o universal abstrato; na defesa da identidade como enraizada; na importância de conservar heranças culturais e religiosas particulares. Talvez o sionismo cristão possa ser considerado a geopolítica da onda populista (ou pelo menos, uma de suas expressões).

É fácil imaginar o crescimento do sionismo cristão no Brasil como mera novidade recém-importada dos Estados Unidos. Mas não é só isso. Houve na história brasileira um precursor muito importante: o padre jesuíta luso-brasileiro de extraordinária influência diplomática e literária, Antônio Vieira. Em vários textos, sobretudo numa carta de 1659, ele apresentou a sua expectativa messiânica: o recém-falecido rei português D. João IV ressuscitaria, venceria o Império Otomano e promoveria a volta dos judeus à Palestina, onde estes construiriam um terceiro templo. Vieira era um sionista cristão *avant la lettre*, e seu sionismo é católico (não protestante) e profundamente lusitano (não anglo-saxão). Onde quer que floresça, o sionismo cristão se liga com conceitos de identidade nacional porque é um duplo nacionalismo (daí a presença conjunta das bandeiras brasileira e israelense em algumas manifestações evangélicas pró-Bolsonaro). Talvez sem saberem, os sionistas cristãos brasileiros de hoje estão retomando o sionismo cristão luso-brasileiro de Vieira que foi reprimido pela Inquisição; assim, estão revivendo parte da herança intelectual, religiosa e geopolítica do mundo luso-brasileiro.

### *Conclusões: o populismo evangélico no Brasil, e o Brasil na América Latina*

Um populismo evangélico brasileiro é uma construção histórica e não uma inevitabilidade. Os políticos pentecostais não são portadores de um projeto político amplo e explícito, mas sim de algumas aspirações vagas e alguns desejos no campo social conservador. Por isso, são sujeitos a serem “alvejados” por setores políticos com interesses específicos.



Além disso, os evangélicos são apenas uma corrente dentro do governo Bolsonaro, e nem mesmo a única corrente religiosa; há também os católicos conservadores com grande força nas relações exteriores e na educação. Todas as formas de catolicismo manejam recursos intelectuais muito maiores, e instituições e redes sociais muito mais poderosas, do que os pentecostais. Daí o perigo, para estes, na observação de Marzouki e McDonnell (2016: 8), de que os populistas de direita nem sempre concordam sobre a identidade religiosa que o povo precisa reafirmar.

Mesmo assim, parece haver pontos de atração mútua entre evangelicalismo e populismo. Nos Estados Unidos, de todas as categorias religiosas, os evangélicos brancos são sempre os mais favoráveis ao populismo. E o seu apoio a Trump vai além de uma barganha em torno de nomeações conservadoras à Suprema Corte; eles partilham com Trump uma série de atitudes e de admiração por um estilo de fazer política. Ainda mais: Trump (como Bolsonaro) “autorizou” a expressão pública de tais atitudes e forneceu-lhes um veículo político eficaz (Guth 2019).

Por outro lado, “as raízes globalistas do evangelicalismo incomodam quando este abraça o populismo”, pois globalmente os evangélicos parecem ser mais internacionalistas do que seus congêneres norte-americanos (Rowe 2019: 46). Esse é um dos vários perigos que o populismo representa aos evangélicos brasileiros. Já falamos de outros: a valorização populista do cristianismo como cultura e identidade mais do que como fé e valores (uma volta, portanto, à forma de religião contra a qual o evangelicalismo historicamente se insurgiu); a condição evangélica brasileira de minoria, de crescimento muito recente e ainda preponderantemente de nível social inferior, com as consequentes fraquezas educacionais e institucionais; os riscos para o modelo político pentecostal baseado no voto corporativo, em dilatar a agenda política; a relutância de todos os líderes populistas em sofrerem peias de qualquer espécie sobre a sua liberdade de atuação; e a vulnerabilidade do cristianismo primitivista à manipulação política, ainda mais quando se junta a um movimento que se originou entre camadas mais favorecidas da população. Podemos acrescentar outro perigo: a excepcional força da política, quando se trata de uma comunidade religiosa fragmentada e sem instituições representativas, em caracterizá-la negativamente diante da opinião pública.

Quais as implicações de tudo isso para a região latino-americana como um todo, caso o modelo Bolsonaro se consolide? Em 2008, organizei um livro sobre a relação entre evangélicos e democracia na América Latina; na Introdução, observei que a resposta teria que ser no plural e no paradoxal (Freston 2008). A natureza plural e paradoxal da religião evangélica latino-americana continua; mesmo assim, podemos detectar certas afinidades, certos “encaixes” entre o populismo e o tipo de crescimento evangélico que tem havido na América Latina.

A novidade da América Latina, comparada com grandes câmbios religiosos em outras partes do mundo, é que o anterior quase-monopólio católico tem sido erodido pelo protestantismo *de dentro* (não por imigração) e *das bases da sociedade* (não por ação do Estado, nem por influência de elites). Esses fatores favorecem uma afinidade com o populismo; como também a favorecem a corrente teológica pentecostal de “guerra espiritual”, a qual reivindica possuir *insights* especiais sobre os problemas do país e a capacidade de solucioná-los. Novamente, tudo isso se encaixa bem na abordagem populista: há formas de conhecimento que as elites não possuem (e até desprezam), e setores “do povo” (também conhecidos como “o povo de Deus”) são atores centrais no elenco de um drama em que costumavam ser relegados a figurantes.

Embora esses fatores se apliquem a toda a região, em outros sentidos a realidade evangélica latino-americana se diversifica cada vez mais. Justamente por ser um processo *de baixo para cima*, essa transformação religiosa produziu resultados muito discrepantes: enquanto vários países da América Central têm uns 40% de evangélicos, Paraguai e México ainda tem menos de 10%. O ritmo de crescimento

evangélico também varia, bem como o grau de importância que a população em geral atribui à religião (muito menos no Cone Sul).

Mas não são apenas os dados numéricos que influem no espectro de opções políticas evangélicas; também importam a composição social, a história religiosa do país, e a posição que a religião evangélica adquiriu nos mitos de identidade nacional. Em alguns países, a legitimidade política evangélica é bem mais precária; às vezes, ainda há batalhas pela igualdade jurídica das confissões; em certos países, o acesso evangélico à mídia é restrita; e, sempre, os sistemas eleitorais (sobretudo listas abertas *versus* fechadas; voto obrigatório ou opcional) jogam um papel fundamental na estruturação da ação política evangélica. A onda populista evangélica na América Latina, que sem dúvida recebeu forte impulso com os eventos brasileiros recentes, ainda terá que entender-se com todas essas singularidades nacionais.

### *Bibliografia*

Ádám, Zoltán & Bozóki, András. 2016. “‘The God of Hungarians’: Religion and Right-Wing Populism in Hungary”, in Marzouki, N, McDonnell D. & Roy, O. (eds.), *Saving the People: How Populists Hijack Religion*. New York: Oxford University Press, pp. 129-147.

Cowen, Tyler. 2019. “The culture and polity that is Brazil”, <<https://marginalrevolution.com/marginalrevolution/2019/03/the-culture-and-polity-that-is-brazil.html>>

DeHanas, Daniel & Shterin, Marat. 2018. “Religion and the rise of populism”, *Religion, State & Society*, 46, 3, September, pp. 177-185.

Eatwell, Roger & Goodwin, Matthew. 2018. *National Populism*. London, Penguin.

Filc, Dani. 2016. “‘We are also the (chosen) people, you are not’: the Case of Shas’ Populism”, in Marzouki, N, McDonnell D. & Roy, O. (eds.), *Saving the People: How Populists Hijack Religion*. New York: Oxford University Press, pp. 167-183.

Frente Parlamentar Evangélica. 2018. “Manifesto à Nação”, <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>

Freston, Paul (org.). 2008. *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press.

Freston, Paul. 2018a. “Latin America: (Still) Site of Persecution and (Evolving) Global Defender of the Persecuted”, in Daniel Philpott & Timothy Shah (eds.), *Under Caesar’s Sword: How Christians Respond to Persecution*, New York, Cambridge University Press, 2018, pp. 391-427.

Freston, Paul. 2018b. “Marina Silva: A Brazilian Case Study in Religion, Politics and Human Rights”, in Evan Berry & Robert Albro (eds), *Church, Cosmovision, and Environment: Religion and Social Conflict in Latin America*, New York, Routledge, 2018, pp. 75-95.

Guth, James. 2019. “Are White Evangelicals Populists? The View from the 2016 American National Election Study”, *Review of Faith and International Affairs*, 17, 3, Fall, pp. 20-35.

Hirschkind, Charles. 2011. “Is there a secular body?”, *Cultural Anthropology*, 26, 4, pp. 633-647.

Joustra, Robert. 2019. “A Just and Durable Peace? American Evangelicals and the Quest for Peace after WWII”, *Review of Faith and International Affairs*, 17, 3, Fall, pp. 68-79.

Levy, David. 2018. "The impulse to orthodoxy: why illiberal democracies treat religious pluralism as a threat", *Religion, State & Society*, 46, 3, September, pp. 243-265.

McAlister, Melani. 2019. "Evangelical Populist Internationalism and the Politics of Persecution", *Review of Faith and International Affairs*, 17, 3, Fall, pp. 105-117.

Marzouki, N. & McDonnell, D. 2016. "Populism and Religion", in Marzouki, N, McDonnell D. & Roy, O. (eds.), *Saving the People: How Populists Hijack Religion*. New York: Oxford University Press, pp. 1-11.

Pew Forum. 2006. *Spirit and Power: A 10-Country Survey of Pentecostals*. Washington, D.C., <<http://www.pewforum.org/2006/10/05/spirit-and-power>>.

Rowe, Paul. 2019. "The Global – and Globalist – Roots of Evangelical Action", *Review of Faith and International Affairs*, 17, 3, Fall, pp. 36-49.

Roy, Olivier. 2016. "Beyond Populism: The Conservative Right, the Courts, the Churches and the Concept of a Christian Europe", in Marzouki, N, McDonnell D. & Roy, O. (eds.), *Saving the People: How Populists Hijack Religion*. New York: Oxford University Press, pp. 185-201.

Schwarcz, Lilia Moritz. 2019. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Siedentop, Larry. 1994. *Tocqueville*. Oxford University Press.

Stanley, Ben. 2016. "Defenders of the Cross: Populist Politics and Religion in Post-Communist Poland", in Marzouki, N, McDonnell D. & Roy, O. (eds.), *Saving the People: How Populists Hijack Religion*. New York: Oxford University Press, pp. 109-128.